



GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO



Colégio
00001

Sala
0001

Ordem
0001

Setembro/2017

Concurso Público para provimento de vagas
**Perito Médico Legista
com Especialização em Psiquiatria**

Nome do Candidato
Caderno de Prova 'B02', Tipo 001

Nº de Inscrição
MODELO

Nº do Caderno
TIPO-001

Nº do Documento
000000000000000000

ASSINATURA DO CANDIDATO

PROVA

Conhecimentos Gerais
Conhecimentos Específicos
Redação

INSTRUÇÕES

Quando autorizado pelo fiscal de sala, transcreva a frase ao lado, com sua caligrafia usual, no espaço apropriado na Folha de Respostas.

O diálogo construtivo é a base para a resolução de conflitos.

- Verifique se este caderno:
 - corresponde a sua opção de cargo.
 - contém 50 questões, numeradas de 1 a 50.
 - contém a proposta e o espaço para o rascunho da Redação.
- Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.
- Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Leia cuidadosamente cada uma das questões e escolha a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)
- Ler o que se pede na Redação e utilizar, se necessário, o espaço para rascunho.

CONHECIMENTOS GERAIS / CONHEC ESPECÍFICOS / REDAÇÃO
Cargo ou opção B02 - PERITO MÉDICO LEGISTA COM ESP. EM PSIQUIATRIA
Tipo gabarito 1

001 - D	011 - B	021 - A	031 - C	041 - C
002 - E	012 - E	022 - D	032 - C	042 - A
003 - B	013 - A	023 - A	033 - B	043 - D
004 - C	014 - C	024 - E	034 - A	044 - A
005 - A	015 - E	025 - C	035 - E	045 - B
006 - C	016 - D	026 - D	036 - D	046 - C
007 - E	017 - A	027 - B	037 - E	047 - E
008 - C	018 - C	028 - B	038 - D	048 - A
009 - A	019 - B	029 - A	039 - E	049 - D
010 - D	020 - E	030 - E	040 - B	050 - C

**CONHECIMENTOS GERAIS****Língua Portuguesa**

Atenção: As questões de números 1 a 5 referem-se ao texto que segue.

Da morte para a vida

Um velho professor e médico cardiologista foi abordado pelo jovem aluno: – Mestre, dizem as estatísticas que é altíssima a incidência de mortes por causas cardíacas. O professor respondeu prontamente: – E do que você preferiria que as pessoas morressem? Lembrava ao discípulo, com isso, os limites do homem e da ciência, que fazem frente às aspirações ideais das criaturas, ao seu anseio de imortalidade.

Sendo inevitável, nem por isso deixa a morte de prestar algum serviço aos vivos. Não, não me refiro à morte dos monstros antropomórficos que volta e meia põem em risco nossa humanidade; falo dos corpos que continuam de alguma forma vivos nos órgãos transplantados, nas aulas de anatomia, corpos que, investigados, ajudam a esclarecer os caminhos da moléstia que os vitimou. Falo dos préstimos que os homens sabem tomar da morte.

Também no plano filosófico a morte pode surgir como estímulo para viver melhor. É o que afirmavam os velhos pensadores estoicos, quando lembravam que o bem viver é também a melhor preparação possível para a morte. Lembrarmo-nos sempre de nossa finitude é mais do que uma lição de humildade: é um convite para intensificar o sentido do tempo de que dispomos para seguir na vida. É de Sêneca esta lição: “Vivo de modo que cada dia seja para mim a vida toda; e não me apego a ele como se fosse o último, mas o contemplo como se pudesse também ser o último”.

(Anastácio Fontes Ribeiro, inédito)

1. Entende-se que no contexto do segundo e do terceiro parágrafos devem ser considerados *préstimos que os homens sabem tomar da morte*
 - (A) os justos serviços que nos presta a morte quando decide afastar do nosso convívio o que se figura como *monstros antropomórficos*.
 - (B) as reais possibilidades que temos de encontrar algum alento religioso depois que experimentamos as perdas dos nossos entes queridos.
 - (C) as oportunidades que passamos a ter de exercitar nossa humildade assim como as de alimentar os mais altos ideais filantrópicos.
 - (D) os benefícios que podem advir de uma observação científica dos corpos e de uma intensificação do sentido mesmo do que seja viver.
 - (E) os estímulos que nos levam à leitura dos autores clássicos, em cujos textos encontramos o menosprezo pela nossa condição de mortais.
2. De acordo com os estoicos, cuja posição diante da morte está resumida na citação de Sêneca, deve-se viver
 - (A) de modo a desgarrar-se da ideia de morrer, para que cada dia seja aproveitado como se propiciasse uma abertura para a eternidade.
 - (B) como se cada dia fosse uma preparação para o que haverá de melhor nos dias seguintes, em vez de se afligir com a possibilidade de morrer.
 - (C) evitando alimentar toda e qualquer aspiração a um futuro melhor, assumindo-se com coragem e resignação as provações do cotidiano.
 - (D) desapegando-se do sentido mesmo da vida, o que significa prepararmo-nos para morrer com a dignidade de quem sabe ser humilde.
 - (E) intensificando-se o sentido de cada dia, de modo que cada experiência cotidiana seja ao mesmo tempo uma totalidade e uma ultimação.
3. Considerando-se o contexto, traduz-se adequadamente o sentido de um segmento do texto em:
 - (A) *é altíssima a incidência* (1º parágrafo) // é superlativa a injunção
 - (B) *fazem frente às aspirações* (1º parágrafo) // confrontam as idealizações
 - (C) *moléstia que os vitimou* (2º parágrafo) // insanidade que os degenerou
 - (D) *Também no plano filosófico* (3º parágrafo) // Adstrito ao patamar cognitivo
 - (E) *convite para intensificar* (3º parágrafo) // indução para radicalizar



4. Está clara e correta a redação deste livre comentário sobre o texto:
- (A) Tal como se propagava Sêneca em seus escritos, à humildade de viver devemos com que cada dia seja aproveitado como se ali sentíssemos ultimar a nossa vida.
 - (B) Há médicos que, por deliberação ou não, acreditam que possam salvar a vida eternamente, esquecendo-se assim da condição de mortalidade que a todos nos assola.
 - (C) É próprio do homem saber retirar proveito de seus infortúnios, porquanto mesmo dos mortos mostra-se capaz de colher benefícios para os vivos.
 - (D) O velho professor deu uma aula de humanidade ao jovem aluno, lembrando-lhe de que a morte não vê causas próprias de acordo com nosso ideal de longevidade.
 - (E) Há pessoas que à partir da própria experiência, julgam que a morte possa ser sanada tal e qual a induziu o jovem aluno de medicina diante do velho professor.

5. O **verbo** indicado entre parênteses deverá flexionar-se de modo a concordar com o elemento sublinhado na frase:

- (A) Não (**faltar**) a um médico experiente sábias ponderações acerca dos limites implicados em nossa mortalidade.
- (B) Às lições de Sêneca (**dever**) dar atenção todo aquele que pretende viver com estoica sabedoria.
- (C) Até mesmo aos mortos (**caber**) beneficiar-nos com os indícios que se gravam em seus corpos.
- (D) Mesmo que não (**vir**) a faltar a certos homens um mais que longo tempo de vida, continuariam se queixando.
- (E) (**Haver**) de melhor aproveitar a vida, é certo, aqueles que não ficarem calculando o tempo que têm para viver.

Atenção: As questões de números 6 a 8 referem-se a este fragmento de uma obra célebre, escrita na segunda década do século XVI.

De um poder concedido

Aqueles que somente por sorte se tornam príncipes pouco trabalho têm para isso, é claro, mas se mantêm assim muito penosamente. Não têm dificuldade nenhuma em alcançar o posto, porque para aí voaram; surge, porém, toda sorte de dificuldades depois da chegada. (...) É o que acontece quando o Estado foi concedido ao príncipe ou por dinheiro ou por graça de quem o concede. Tais príncipes estão na dependência exclusiva da vontade e da boa situação de quem lhes propiciou o poder, isto é, de duas coisas extremamente volúveis e instáveis.

(MAQUIAVEL, Nicolau. **O Príncipe**. Trad. de Lívio Xavier. São Paulo: Abril Editora, Os Pensadores, 1973, p. 33)

6. O pensador Maquiavel trata, neste fragmento, do específico poder de um príncipe que,
- (A) tendo chegado a esse posto por méritos pessoais, encontra sérias dificuldades para manter seu poder valendo-se exclusivamente desses méritos.
 - (B) ao assumir pela graça de alguém sua posição de poder, imagina que deverá livrar-se com facilidade da influência de seu benfeitor.
 - (C) tendo devido a um terceiro a graça que o levou a esse alto posto, passa a depender de quem o agraciou com o poder para de fato conseguir exercê-lo.
 - (D) sentindo-se obrigado a retribuir o favor dos poderosos, acaba por se esquecer dos direitos daqueles que deveria governar com lealdade.
 - (E) ao pretender que seus reais méritos de governante sejam reconhecidos, verá que todos o acusarão de ter sido bafejado pela sorte ou pelo dinheiro.
7. Esclarece-se adequadamente, em redação correta e clara, o sentido de um segmento do texto em:
- (A) *somente por sorte se tornam príncipes* = a menos que por privilégio cheguem a um principado
 - (B) *se mantêm assim muito penosamente* = permanecem desta feita em extrema penúria
 - (C) *toda sorte de dificuldades* = todos os asares possíveis
 - (D) *por graça de quem o concede* = por obra intrínseca de quem lhe tem condescendência
 - (E) *na dependência exclusiva da vontade* = na restrita subordinação ao desejo
8. Está correto o emprego de **ambos** os elementos sublinhados na frase:

- (A) Não se deve recompensar aqueles poderosos onde o mérito está apenas na força de quem os agraciou com o poder.
- (B) Não tem nada a haver o que seja um mérito real com o que se constitue como mera operação de favor.
- (C) A poucos é dado demonstrar reais qualidades no posto de mando ao qual ascendeu pela graça de alguém.
- (D) O por que da fragilidade de um poder concedido está na permanente eminência da retirada da concessão.
- (E) Se um poderoso se dispor a contrariar aqueles a quem deve o poder, estes certamente lhe trairão.

**Direito Processual Penal**

9. Praticado o crime na via pública, o delegado de polícia deverá, dentre outras providências,
- (A) dirigir-se ao local, providenciando para que não se alterem o estado e conservação das coisas, até a chegada dos peritos criminais.
 - (B) apreender os objetos que tiverem relação com o fato, independentemente da liberação pelos peritos criminais.
 - (C) colher, após a realização da perícia do local, todas as provas que servirem para o esclarecimento do fato e suas circunstâncias.
 - (D) determinar, se for caso, que se proceda a exame de corpo de delito e a quaisquer outras perícias, desde que haja expresso consentimento da vítima ou quem a represente.
 - (E) proceder à reprodução simulada dos fatos, desde que esta não contrarie a moralidade ou a ordem pública e haja peritos oficiais para a realização do laudo pericial.
-
10. Surgindo no curso do processo questão prejudicial sobre a existência do crime, o juiz criminal deixa de suspender a ação penal, apesar do requerimento expresso da defesa do acusado. Contra o despacho denegatório da suspensão
- (A) caberá reclamação.
 - (B) caberá agravo de instrumento.
 - (C) caberá apelação.
 - (D) não caberá recurso.
 - (E) caberá recurso especial.
-
11. O exame médico-legal, determinado pelo juiz para esclarecer dúvida sobre a integridade mental do autor do crime, poderá ser realizado
- (A) somente na fase da ação penal.
 - (B) ainda na fase do inquérito policial.
 - (C) apenas em casos excepcionais e quando houver requerimento do Ministério Público ou da defesa.
 - (D) enquanto não transitar em julgado a sentença.
 - (E) tão somente em manicômio judiciário.
-
12. O exame de corpo de delito
- (A) terá seu laudo pericial elaborado no prazo máximo de 30 dias e poderá ser prorrogado pelo juiz por igual prazo.
 - (B) é realizado somente por perito oficial, portador de diploma de curso superior, que deverá prestar compromisso de bem e fielmente desempenhar o encargo.
 - (C) terá a formulação de quesitos e a indicação de assistente técnico permitidos somente ao Ministério Público e à defesa.
 - (D) poderá ser realizado somente durante o dia e no horário de expediente regular da polícia técnico-científica.
 - (E) será indispensável quando a infração deixar vestígio, não podendo supri-lo a confissão do acusado.
-
13. No Processo Penal Brasileiro, o intérprete é equiparado
- (A) ao perito.
 - (B) somente ao perito oficial.
 - (C) ao assistente e ao perito nomeado.
 - (D) à testemunha e ao especialista.
 - (E) ao colaborador e ao tradutor.
-
14. Estabelece a Lei de Execução Penal que, durante a execução da pena, sobrevivendo doença mental no condenado,
- (A) poderá ter a pena diminuída de 1/3 a 2/3.
 - (B) terá a sua pena substituída por medida de segurança.
 - (C) será internado em Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico.
 - (D) terá o restante da pena remida e deverá submeter-se a tratamento psiquiátrico ambulatorial.
 - (E) deverá ser submetido a perícia médico-legal para apurar a sua periculosidade.
-

Direito Penal

15. Sobre medida de segurança, é correto afirmar:
- (A) Ainda que esteja demonstrada a ocorrência de legítima defesa, é possível a aplicação da medida de segurança ao agente inimputável, em razão de seu elevado grau de periculosidade.
 - (B) A aplicação da medida de segurança somente é possível aos agentes inimputáveis, nunca aos semi-imputáveis, pois a estes caberá apenas a aplicação da pena diminuída de 1/3 a 2/3.
 - (C) A internação, ou tratamento ambulatorial, serão por tempo determinado, fixado entre 1 e 3 anos, no máximo.
 - (D) Uma vez eleito o tratamento ambulatorial, não poderá ser determinada a internação do agente.
 - (E) A perícia médica realizar-se-á ao termo do prazo mínimo fixado e deverá ser repetida de ano em ano, ou a qualquer tempo, se o determinar o juiz da execução.



16. Em Atenas, na Antiguidade, retirar a própria vida era visto como uma injustiça contra a comunidade, sendo vedadas ao suicida as honras fúnebres, bem como a sepultura regular. Na Roma antiga, por sua vez, aquele que pretendesse se matar, deveria submeter seus motivos ao Senado que, então, decidiria se eram ou não aceitáveis. No Brasil, segundo o Direito Penal atual, o suicídio
- (A) é crime contra a pessoa, previsto na parte especial do Código Penal, com pena de reclusão, de 2 a 6 anos, se o agente vier a sobreviver.
 - (B) somente é punível o induzimento, a instigação e o auxílio a suicídio, ainda que da tentativa resulte apenas lesão corporal de natureza leve.
 - (C) somente é punível se praticado mediante o uso de explosivo.
 - (D) não tem qualquer relevância penal para seu autor.
 - (E) somente é punível se o suicida deixar herdeiros menores ou incapazes.
-
17. De acordo com a Lei Antidrogas, Lei nº 11.343/06:
- (A) Prescrever ou ministrar, culposamente, drogas, sem que delas necessite o paciente, ou fazê-lo em doses excessivas ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar, é crime punido com detenção.
 - (B) Oferecer droga, eventualmente e sem objetivo de lucro, a pessoa de seu relacionamento, para juntos consumirem, não é crime previsto no ordenamento jurídico brasileiro.
 - (C) Para determinar se a droga destinava-se a consumo pessoal, o médico atenderá à natureza e à quantidade da substância apreendida, ao local e às condições em que se desenvolveu a ação, às circunstâncias sociais e pessoais, bem como à conduta e aos antecedentes do agente.
 - (D) O usuário e o dependente de drogas que, em razão da prática de infração penal, estiverem cumprindo pena privativa de liberdade ou submetidos a medida de segurança, perderá os serviços de atenção à sua saúde, definidos pelo respectivo sistema penitenciário.
 - (E) Não é mais crime quem adquire ou traz consigo drogas para uso pessoal.
-
18. Nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher, foi aprovada, em 2006, a Lei nº 11.340/06 (Lei Maria da Penha), que trata de mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher. De acordo com a referida lei,
- (A) as agressões praticadas por irmão contra irmã não se incluem dentre àquelas disciplinadas pela Lei Maria da Penha.
 - (B) as agressões praticadas com violência doméstica contra a mulher devem observar o disposto na Lei nº 9.099/95 (Lei dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais) quando a pena máxima prevista não for superior a 2 anos.
 - (C) configura violência doméstica e familiar contra a mulher qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial, independentemente da orientação sexual da ofendida.
 - (D) é permitida a aplicação, nos casos de violência doméstica e familiar contra a mulher, de penas de cesta básica ou outras de prestação pecuniária, bem como a substituição de pena que implique o pagamento isolado de multa.
 - (E) poderá o juiz, quando necessário, sem prejuízo de outras medidas, determinar o afastamento da ofendida do lar, sem prejuízo dos direitos relativos a bens, guarda dos filhos e alimentos, determinando, de ofício, o rompimento legal do vínculo de matrimônio entre os cônjuges.
-
19. Guilherme, médico legista, responsável por elaborar o laudo de exumação de Danilo, em investigação de morte suspeita, é procurado por Rodrigo que, temendo ser acusado de homicídio contra a vítima, oferece suborno para que Guilherme afirmasse falsamente que a morte se deu por causas naturais. O médico aceita a promessa de pagamento e conclui o laudo, a despeito de extensas evidências de agressões físicas, no sentido de que Danilo morreu em decorrência de problemas cardíacos. Passadas algumas semanas, Guilherme, arrependido de sua conduta, procura o juiz responsável pelo processo e se retrata, declarando que a morte da vítima ocorreu em virtude das lesões corporais sofridas, antes de ser proferida a sentença. Diante dessa situação hipotética,
- (A) Guilherme responderá pelo crime de falsa perícia, ainda que tenha se retratado, com a pena aumentada de um sexto a um terço, por ter praticado o delito com o fim de obter prova destinada a produzir efeito em processo penal.
 - (B) a conduta de Guilherme não será punível por ter se retratado antes da sentença no processo em que ocorreu a falsa perícia.
 - (C) Guilherme terá sua pena diminuída de um a dois terços por ter se retratado antes da sentença.
 - (D) Guilherme somente teria sua pena diminuída se tivesse se retratado antes do início da ação penal.
 - (E) Guilherme, embora tenha se retratado, responderá pelo crime de falsa perícia, sem qualquer diminuição de pena.
-
20. Após uma discussão em um bar, Pedro decide matar Roberto. Para tanto, dirige-se até sua residência onde arma-se de um revólver. Ato contínuo, retorna ao estabelecimento e efetua um disparo em direção a Roberto. Contudo, erra o alvo, atingindo Antonio, balconista que ali trabalhava, ferindo-o levemente no ombro. Diante do caso hipotético, Pedro praticou, em tese, o(s) crime(s) de
- (A) lesão corporal leve.
 - (B) lesão corporal culposa.
 - (C) homicídio tentado e lesão corporal leve.
 - (D) lesão corporal culposa e tentativa de homicídio.
 - (E) homicídio na forma tentada.

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS****Leis Específicas**

21. Hades é servidora pública efetiva do Estado do Amapá. Desejando mudar de cargo, resolveu prestar novo concurso, tendo sido aprovada na primeira etapa do concurso público para ingresso na carreira da Polícia Técnico-Científica. Atualmente está cursando o programa de formação. Neste caso, de acordo com a Lei Estadual nº 1.468/2010, enquanto Hades permanecer no programa de formação, será assegurado a ela o afastamento do cargo público, sendo garantido o direito à
- (A) opção pela percepção da bolsa mensal, de valor correspondente a 50% do vencimento inicial da respectiva carreira da Polícia Técnico-Científica ou do vencimento ou subsídio do seu cargo.
 - (B) percepção da bolsa mensal, de valor correspondente a 50% do vencimento inicial da respectiva carreira da Polícia Técnico-Científica, acrescido do vencimento ou subsídio do seu cargo.
 - (C) opção pela percepção da bolsa mensal, de valor correspondente a 35% do vencimento inicial da respectiva carreira da Polícia Técnico-Científica ou do vencimento ou subsídio do seu cargo.
 - (D) percepção da bolsa mensal, de valor correspondente a 35% do vencimento inicial da respectiva carreira da Polícia Técnico-Científica acrescido do vencimento ou subsídio do seu cargo.
 - (E) percepção em caráter obrigatório, único e inacumulável do vencimento ou subsídio do seu cargo.
-
22. Simone, servidora pública estável, demitida do cargo de perita médica do Estado do Amapá, teve por sentença judicial transitada em julgado a invalidação de sua demissão. Nesse Caso, segundo a Lei Estadual nº 1.468/2010, Simone,
- (A) será reintegrada em igual cargo ou semelhante na hipótese de seu antigo cargo estar ocupado, sendo vedada a recondução de servidor nesta hipótese, independentemente se estável ou não.
 - (B) será reintegrada e o eventual ocupante da vaga, se estável, será reconduzido ao cargo de origem com direito a indenização, aproveitado em outro cargo, ou posto em disponibilidade com remuneração relativa ao último salário recebido.
 - (C) será reintegrada e o eventual ocupante da vaga, estável ou não, será reconduzido ao cargo de origem com direito a indenização, aproveitado em outro cargo, ou posto em disponibilidade com remuneração proporcional ao tempo de serviço.
 - (D) será reintegrada e o eventual ocupante da vaga, se estável, será reconduzido ao cargo de origem sem direito a indenização, aproveitado em outro cargo, ou posto em disponibilidade com remuneração proporcional ao tempo de serviço.
 - (E) não será reintegrada por absoluta vedação legal, devendo receber indenização pelos prejuízos sofridos, bem como posta em disponibilidade com remuneração referente aos vencimentos do seu cargo na data do transito em julgado da sentença de invalidação da demissão.
-
23. No tocante à ajuda de custo, considere policial técnico-científico
- I. que, em virtude de mandato eletivo, deixar de assumir o exercício do cargo.
 - II. posto à disposição de qualquer entidade de direito público.
 - III. removido por permuta.
 - IV. removido por conveniência da disciplina.
- De acordo com a Lei Estadual nº 1.468/2010, NÃO se concederá ajuda de custo ao policial técnico-científico indicado em
- (A) I, II, III e IV.
 - (B) I, II e III, apenas.
 - (C) II, III e IV, apenas.
 - (D) I e III, apenas.
 - (E) II e IV, apenas.
-
24. De acordo com o Estatuto dos Servidores do Estado do Amapá, o servidor *poderá obter licença remunerada para realizar aperfeiçoamento, estágio, pós-graduação ou especialização, a juízo da Administração*. Neste caso, tendo o servidor obtido esta licença por prazo de 18 meses, nova licença para realizar aperfeiçoamento, estágio, pós-graduação e especialização
- (A) não poderá ser renovada durante cinco anos, devendo, posteriormente, ser avaliado caso a caso.
 - (B) só poderá ser renovada depois de decorrido dezoito meses do término da anterior.
 - (C) só poderá ser renovada depois de decorrido um ano do término da anterior.
 - (D) não poderá ser renovada uma vez que essa licença só é concedida uma única vez.
 - (E) só poderá ser renovada depois de decorridos dois anos do término da anterior.
-
25. Cassiano, servidor público estável do Estado do Amapá, faltou ao serviço, sem causa justificada, por 30 dias, interpoladamente, durante o período de 12 meses. Cândida, servidora pública estável do Estado do Amapá, ausentou-se de forma intencional ao serviço por 21 dias consecutivos. Nestes casos, de acordo especificamente com o Estatuto dos Servidores do Estado do Amapá,
- (A) somente a conduta de Cassiano se enquadra na tipificação de inassiduidade habitual.
 - (B) somente a conduta de Cândida se enquadra na tipificação de abandono de cargo.
 - (C) nenhuma das condutas se enquadram na tipificação de abandono de cargo ou inassiduidade habitual.
 - (D) a conduta de Cassiano se enquadra na tipificação de inassiduidade habitual e a conduta de Cândida na de abandono de cargo.
 - (E) a conduta de Cassiano e de Cândida se enquadram na tipificação de inassiduidade habitual.

**Medicina Legal**

26. A Medicina Legal nasceu da necessidade do Direito ter prova técnica médica no esclarecimento da justiça. Pode ser conceituada como a aplicação dos conhecimentos médico-biológicos na elaboração e execução das leis que deles carecem. Segundo a história da Medicina Legal brasileira, é correto afirmar que
- (A) é dividida em 4 fases, de acordo com Oscar Freire: fase imperial, estrangeira, de transição e de nacionalização.
 - (B) a fase estrangeira vai desde o fim do período colonial até a república, quando Afrânio Peixoto assumiu a cátedra de Medicina Legal da Faculdade de Medicina da Bahia.
 - (C) a primeira publicação da fase estrangeira se deu em 1841 por meio de um parecer a respeito de um exame necroscópico.
 - (D) em 1832 foi criada a perícia profissional, tendo em vista que foram criadas regras para os exames de corpo de delito.
 - (E) a fase de nacionalização se iniciou após a primeira guerra mundial e seu início foi marcado pela posse de Oscar Freire na cadeira de Medicina Legal da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro.
-
27. Existem relatos antigos da aplicação da Medicina para solução de dúvidas em processos. Sendo assim, a Medicina Legal é
- (A) uma área extinta, visto que em 2015 o nome da especialidade passou a ser Medicina Legal e Perícia Médica.
 - (B) executada por meio de perícias médicas, que são atividades privativas de médico.
 - (C) dividida, do ponto de vista doutrinário do Direito, em Medicina Legal Geral e Medicina Legal Específica.
 - (D) desempenhada de forma excelente por qualquer médico, mesmo que ele não tenha conhecimentos específicos da área.
 - (E) ministrada exclusivamente nos cursos de graduação de Medicina.
-
28. A finalidade da perícia médica é produzir prova técnica de natureza médica, esclarecendo um fato à justiça. A perícia médica
- (A) pode ser conceituada como a realização do exame físico pericial.
 - (B) judicial ocorre por determinação do magistrado quando a prova de um fato depender de conhecimento técnico médico.
 - (C) se materializa nos autos por meio de depoimento oral reduzido a termo.
 - (D) em âmbito criminal não admite participação de assistente técnico.
 - (E) é realizada em casos em que o vestígio tenha menos do que 2 meses.
-
29. De acordo com o Código de Processo Penal, o médico perito está sujeito a impedimentos e suspeições. É uma situação que corresponde a impedimento ou suspeição do perito:
- (A) A esposa do Perito Médico Legista que está de plantão chega para exame de lesão corporal por agressão sofrida em briga de trânsito.
 - (B) Conhecido de infância (estudaram na pré-escola) do Perito Médico Legista que está de plantão chega para exame de embriaguez.
 - (C) Ex-funcionário de clínica do Perito Médico Legista que está de plantão chega para exame cautelar.
 - (D) Médico plantonista de um hospital foi agredido por um paciente e chega para exame de lesão corporal.
 - (E) Cidadão chega para exame de lesão corporal após ter sofrido queimadura durante aplicação de laser para depilação.
-
30. O Código de Ética Médica atualmente vigente (Resolução do Conselho Federal de Medicina nº 1.931/2009) tem um capítulo dedicado à auditoria e perícia médica. De acordo com esse capítulo e seus artigos, é correto afirmar que
- (A) o médico perito pode assinar laudos em que não tenha feito pessoalmente o exame.
 - (B) o médico pode ser perito judicial em casos que envolvam seu paciente, mesmo que isso seja capaz de intervir na sua imparcialidade.
 - (C) o médico perito pode realizar exames cautelares dentro de delegacias e/ou instituições prisionais.
 - (D) o médico perito pode atrelar o valor dos seus honorários ao valor da causa.
 - (E) o médico perito deve sempre atuar com absoluta isenção, sem ultrapassar os limites da sua atribuição e competência.



31. O relatório médico-legal é a narração escrita e minuciosa da perícia médica, podendo ser do tipo auto ou laudo. Analise as assertivas abaixo em relação à estrutura do laudo.
- I. O laudo médico-legal apresenta as seguintes partes: preâmbulo, quesitos, histórico, descrição, discussão, conclusão e resposta aos quesitos.
 - II. A descrição do laudo é a parte que contém o exame físico realizado durante a perícia, sendo considerada a parte mais importante do laudo.
 - III. A conclusão deve conter todos os itens expostos nos quesitos de maneira explícita, podendo ser grande e prolixa.
 - IV. A resposta aos quesitos deve ser telegráfica e pode trazer elementos não apresentados no item discussão.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, II, III e IV.
- (B) I, apenas.
- (C) I e II, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I e IV, apenas.

32. O atestado médico é a afirmação simples e por escrito de um fato médico e suas consequências. O atestado médico
- (A) é considerado parte do ato médico, sendo seu fornecimento um direito do paciente e que eleva o honorário do médico.
 - (B) é feito por solicitação e o médico não precisa anotar no prontuário que forneceu o atestado.
 - (C) falso é crime previsto no Código Penal brasileiro, no artigo 302.
 - (D) para fins de perícia médica não deve conter o diagnóstico, pois ele será realizado pelo médico perito.
 - (E) é fornecido sem necessidade de averiguação da identidade de quem o solicita.

33. De acordo com o artigo 129 do Código Penal brasileiro, lesão corporal é a ofensa à integridade corporal ou a saúde de alguém. Ela pode ser classificada em leve, grave ou gravíssima, a depender dos comemorativos. Analise as assertivas abaixo.
- I. Lesões corporais que causem incapacidade para as ocupações habituais por mais de 30 dias serão consideradas graves.
 - II. Lesões corporais com perda ou inutilização de membro, sentido ou função serão consideradas graves.
 - III. Lesões corporais que causem extrema dor serão consideradas gravíssimas.
 - IV. Lesões corporais que causem qualquer alteração psíquica serão consideradas leves.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, II, III e IV.
- (B) I, apenas.
- (C) IV, apenas.
- (D) III, apenas.
- (E) I e III, apenas.

34. Após sofrer algum tipo de violência, as pessoas podem desenvolver transtornos psiquiátricos, inclusive de ordem orgânica. Estão corretas a seguinte descrição de caso e correspondente avaliação de lesão corporal:
- (A) José foi agredido na cabeça durante assalto, tendo traumatismo cranioencefálico, permanecendo comatoso por 47 dias. Evoluiu com epilepsia pós-traumática em uso de oxcarbazepina. Lesão corporal de natureza gravíssima por enfermidade incurável.
 - (B) Maria trabalhava em um banco que foi assaltado. Permaneceu com os assaltantes por 2 horas. Evoluiu com transtorno de estresse pós-traumático, não conseguindo entrar mais em agências bancárias, apesar do tratamento psicoterápico e medicamentoso. O evento ocorreu há 3 meses, estando afastada pelo INSS recebendo auxílio-doença acidentário desde então. Lesão corporal de natureza gravíssima por incapacidade permanente para o trabalho.
 - (C) Eduardo levou um tiro durante uma briga de bar, tendo ficado paraplégico. Além disso, evoluiu com episódio depressivo devido a sua nova condição. Lesão corporal de natureza grave por debilidade permanente de membro, sentido ou função.
 - (D) Monica foi atropelada por motocicleta, tendo sofrido politraumatismo com traumatismo cranioencefálico. Apresentou perda de massa encefálica e evoluiu com transtorno de personalidade orgânico com auto e hetero agressividade, depressão orgânica grave e epilepsia pós-traumática. Lesão corporal de natureza gravíssima por deformidade permanente.
 - (E) João brigou em um bar com um amigo, tendo trocado socos com ele. Compareceu ao Instituto Médico Legal – IML no dia seguinte, sendo constatada equimose arroxeadas em região periorbital esquerda, sem comprometimento da visão. Lesão corporal grave por perigo de vida.



35. De acordo com a Organização Mundial da Saúde, toxicomania ou toxicofilia é um estado de intoxicação periódica ou crônica, nociva ao indivíduo ou à sociedade, produzida pelo repetido consumo de uma droga natural ou sintética. É correto afirmar:
- (A) Os tóxicos, ou drogas, são um grupo diminuto de substâncias sintéticas, que podem causar tolerância e crise de abstinência.
 - (B) A tolerância se caracteriza pela necessidade de doses cada vez menores para alcançar o mesmo resultado.
 - (C) A dependência é caracterizada por uma necessidade psicológica do uso da droga, sem interferências bioquímicas.
 - (D) Crise de abstinência é caracterizada por síndrome com tremores, inquietação, irritabilidade, aumento do apetite e muito sono.
 - (E) Os estados toxicofílicos são caracterizados por uma compulsão irresistível e incontrolável nos quais as pessoas continuam o uso da substância a qualquer custo.
-
36. Os transtornos da sexualidade são distúrbios do instinto sexual, fantasias ou comportamento recorrente e intenso que ocorrem de forma inabitual, também designados de parafilias. Em relação às parafilias, é correto afirmar:
- (A) Gerontofilia: atração sexual obsessiva de idosos por pessoas bem mais jovens.
 - (B) Dolismo: perversão sexual em que há atração por ovelhas.
 - (C) Coprolalia: perversão sexual em que há necessidade do contato físico com fezes humanas.
 - (D) Riparofilia: perversão sexual em que há atração sexual por pessoas desasseadas, sujas, de baixa condição social e com pouca (ou nenhuma) higiene.
 - (E) Necrofilia: perversão sexual em que há necessidade de relação sexual dentro de necrotérios.
-
37. De acordo com o Código Penal brasileiro, artigo 123, infanticídio é *matar, sob influência do estado puerperal, o próprio filho, durante o parto ou logo após*. Nesse tipo de crime, haverá a perícia psiquiátrica da mulher. Nesse contexto,
- (A) a perícia psiquiátrica é relativamente simples, tendo em vista que o estado puerperal é um transtorno permanente que ocorre devido ao nascimento da criança, geralmente em gestações desejadas.
 - (B) a avaliação psiquiátrica realizada alguns dias, meses ou anos após o fato não atrapalha a conclusão do Perito Médico Legista.
 - (C) o estado puerperal é facilmente diferenciado de outras perturbações mentais, tais como um surto psicótico.
 - (D) o puerpério é facilmente conceituado obstetricamente, sendo considerado o período desde o início da gestação até a expulsão da placenta.
 - (E) o estado puerperal tem influência das dores do trabalho de parto, do esforço para a expulsão do concepto e da perda sanguínea durante o parto, segundo a teoria fisiopsíquica.
-
38. O registro do exame psiquiátrico, tanto do ponto de vista clínico, quanto do forense, é essencial. Em relação ao exame psiquiátrico,
- (A) o forense e o clínico são realizados por meio de entrevista e ambos têm a mesma finalidade.
 - (B) os principais itens que devem ser mencionados na anotação de um exame clínico são: queixa principal, história pessoal, história familiar, exames e avaliações complementares prévios, diagnóstico e prognóstico.
 - (C) o clínico e o forense têm a mesma base e a parte mais importante de ambos é o resultado de exames complementares.
 - (D) o forense consiste em avaliação médica acurada com seu registro fiel; explicação médico-legal dos fatos, relacionando os achados clínicos com a legislação vigente; e resposta aos quesitos formulados pelas autoridades e/ou partes.
 - (E) a entrevista psiquiátrica forense é de pouca relevância na avaliação pericial, sendo os demais dados dos autos mais importantes.
-
39. O diagnóstico é a parte mais importante da prática psiquiátrica. O processo diagnóstico em psiquiatria segue os princípios gerais das ciências médicas, porém com algumas particularidades, sendo que
- (A) o diagnóstico de um transtorno psiquiátrico é baseado predominantemente em achados de exames complementares.
 - (B) os testes psicológicos e neuropsicológicos auxiliam muito pouco em relação aos diagnósticos diferenciais.
 - (C) os exames complementares substituem a entrevista psiquiátrica bem colhida, com exame psíquico minucioso.
 - (D) o diagnóstico psicopatológico é baseado em mecanismos etiológicos supostos pelo médico psiquiatra examinador.
 - (E) não há sinais e/ou sintomas patognomônicos relacionados a um determinado transtorno mental.



40. A Classificação Internacional das Doenças – CID 10^a revisão prevê em seu capítulo V as doenças mentais e comportamentais, que são codificadas inicialmente pela letra F. Em relação às diretrizes diagnósticas da CID-10
- (A) os transtornos mentais orgânicos foram agrupados por terem etiologia demonstrável em lesões orgânicas em sistemas diferentes do sistema nervoso, com comprometimento da função psíquica.
 - (B) os transtornos mentais e do comportamento decorrentes do uso de substâncias psicoativas, apesar de terem gravidades diversas, foram agrupados por serem atribuídos ao uso de uma ou mais substâncias.
 - (C) as esquizofrenias, classificadas como F20, foram agrupadas juntamente com os transtornos esquizotípicos (F21) e os transtornos delirantes, sendo os transtornos esquizotípicos os mais importantes deste grupo.
 - (D) as síndromes comportamentais são condições de comportamentos enraizados, inflexíveis, desviantes do comportamento do homem médio.
 - (E) não há uma categoria específica para classificar os transtornos com início na infância e adolescência.
-
41. De acordo com a Organização Mundial da Saúde, um transtorno específico da personalidade é caracterizado como uma perturbação grave da constituição do caráter e das tendências do comportamento individual, envolvendo várias áreas da personalidade e associado à ruptura pessoal e social. Nesse contexto,
- (A) o transtorno de personalidade tende a aparecer no início da infância, perdurar por toda a adolescência até atingir a fase adulta.
 - (B) as pessoas com transtorno de personalidade têm atitudes e condutas harmônicas envolvendo as diversas áreas do funcionamento (afetividade, excitabilidade, controle de impulsos etc.).
 - (C) no transtorno de personalidade dependente há subordinação de suas próprias necessidades em relação as dos outros e capacidade limitada de tomar decisões cotidianas.
 - (D) no transtorno de personalidade esquizoide há preocupação com explicações conspiratórias e autovalorização excessiva.
 - (E) no transtorno de personalidade anancástico há autodramatização com grande teatralidade e afetividade superficial e lábil.
-
42. Segundo as diretrizes diagnósticas da Organização Mundial da Saúde, o transtorno de personalidade antissocial apresenta
- (A) indiferença insensível pelos sentimentos alheios.
 - (B) capacidade limitada para expressar sentimentos calorosos, ternos ou raiva para com os outros.
 - (C) tendência a guardar rancores persistentemente, isto é, recusa a perdoar insultos e injúrias ou despeitas.
 - (D) preocupação excessiva com atratividade física.
 - (E) perfeccionismo que interfere com a conclusão de tarefas.
-
43. A imputabilidade é a capacidade de realizar um ato com discernimento pleno. Existem alguns limites e modificadores biopsicossociais da imputabilidade, tais como
- (A) emoção, tristeza e cegueira.
 - (B) tristeza, prodigabilidade e riqueza.
 - (C) riqueza, pobreza e tristeza.
 - (D) idade, cegueira e prodigabilidade.
 - (E) nível sociocultural, pobreza e emoção.
-
44. O legislador utiliza, para a aplicação da imputabilidade, o critério biopsicológico. Para sua correta aplicação, deve se proceder à avaliação do nexo de
- (A) causalidade e da capacidade de entendimento e de determinação; e verificada a presença (ou não) do transtorno mental.
 - (B) causalidade e da capacidade de entendimento e de determinação; e verificada a presença de doenças orgânicas.
 - (C) causalidade com a doença e da capacidade de entendimento e de determinação; e verificada a presença (ou não) do delito.
 - (D) causalidade com os influenciadores e da capacidade de entendimento e de determinação; e verificada a presença (ou não) de influenciadores para a ocorrência do delito.
 - (E) causalidade e da capacidade de entendimento e de determinação; e verificada a ausência de transtorno mental e a presença de doença orgânica.



45. As pessoas que forem consideradas inimputáveis, segundo a legislação vigente, serão colocadas em medida de segurança, que consiste em
- (A) internação em hospital penitenciário por no mínimo três meses.
 - (B) internação ou tratamento ambulatorial com prazo mínimo de um a três anos.
 - (C) internação em comunidades terapêuticas em crimes com pena de reclusão.
 - (D) sujeição a tratamento ambulatorial em qualquer tipo de crime.
 - (E) sujeição a tratamento psiquiátrico em hospital privado.

46. Quando a medida de segurança é aplicada, após seu término é necessário que seja feita nova perícia, denominada exame de cessação de periculosidade. Analise as assertivas abaixo:
- I. No exame de cessação de periculosidade, o Perito Médico Legista Psiquiatra irá verificar se as condições que fizeram a pessoa delinquir ainda persistem.
 - II. Se for constatado que as condições que fizeram a pessoa delinquir ainda existirem, ela será mantida em medida de segurança.
 - III. O Perito Médico Legista Psiquiatra deverá avaliar se a pessoa ainda oferece qualquer perigo para a sociedade, independente de doença psiquiátrica. Caso não mais ofereça, deverá informar o juízo que houve cessação da periculosidade.
 - IV. Mesmo que o Perito Médico Legista Psiquiatra verifique a cura da doença inicial, ainda terá que avaliar a conduta da pessoa durante a medida de segurança para verificar a cessação da periculosidade.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) II e IV.
 - (B) I e IV.
 - (C) I e II.
 - (D) I, II e IV.
 - (E) I, II e III.
47. Quando houver dúvida da capacidade mental do acusado em processo penal, o juiz poderá solicitar o exame de sanidade mental de ofício ou por requerimento de terceiros. Poderá requerer o referido exame
- (A) qualquer pessoa que tenha conhecimento da doença mental e comunique o juiz.
 - (B) Ministério Público, defensor, curador e qualquer pessoa que tenha conhecimento da doença mental.
 - (C) defensor, curador e vizinho.
 - (D) ascendente, descendente, irmão ou cônjuge do acusado, desde que seja advogado.
 - (E) ministério Público, defensor, curador, ascendente, descendente, irmão ou cônjuge do acusado.

48. Em relação à avaliação de imputabilidade penal em casos de demência, é correto afirmar:
- (A) No processo inicial de deterioração mental por doença vascular há facilitação para delinquir.
 - (B) A demência afeta a capacidade de autodeterminação, sem causar danos ao entendimento dos atos.
 - (C) Nas demências, mesmo em quadros iniciais, pode haver diminuição da impulsividade, reduzindo sua influência em episódios violentos.
 - (D) Nos quadros de demência há comprometimento do comportamento social e da função cognitiva, porém sem afetar o controle emocional.
 - (E) O requisito primário para o diagnóstico de demência é a obnubilação da consciência.

49. A intoxicação alcoólica patológica é caracterizada por
- (A) rebaixamento do nível de consciência após a ingestão de qualquer quantidade de bebida alcoólica.
 - (B) carência emocional exacerbada com necessidade de toque interpessoal, inclusive com pessoas desconhecidas.
 - (C) apego demasiado em relação às próprias vestes e de terceiros.
 - (D) desproporção entre a quantidade de álcool ingerida e a magnitude da reação apresentada pela pessoa.
 - (E) memória e atenção preservadas em relação a todos os atos efetuados durante a intoxicação.

50. Em relação aos crimes passionais, é correto afirmar:
- (A) A passionalidade não tem relação com atividade cerebral de neurotransmissores.
 - (B) O passional tem um amor genuíno, de doação.
 - (C) A pessoa mata por sentimento de desprezo e recusa.
 - (D) As fases da loucura passional são descritas como ciúme patológico e amor verdadeiro seguido de orgulho ferido.
 - (E) Os criminosos passionais são organizados e cometem delitos planejados.

**REDAÇÃO****Instruções Gerais:**

Conforme Edital publicado, capítulo 9: 9.4 Na Prova de Redação, o candidato deverá desenvolver texto dissertativo a partir de uma única proposta, sobre assunto de interesse geral. 9.6 Será atribuída nota ZERO à Prova de Redação que: a) fugir à modalidade de texto solicitada e/ou ao tema proposto; b) apresentar texto sob forma não articulada verbalmente (apenas com desenhos, números e palavras soltas ou em versos) ou qualquer fragmento de texto escrito fora do local apropriado; c) for assinada fora do local apropriado; d) apresentar qualquer sinal que, de alguma forma, possibilite a identificação do candidato; e) estiver em branco; f) apresentar letra ilegível e/ou incompreensível. 9.7 Na Prova de Redação, a folha para rascunho no Caderno de Provas será de preenchimento facultativo. Em hipótese alguma o rascunho elaborado pelo candidato será considerado na correção pela banca examinadora. 9.8 Na Prova de Redação deverão ser rigorosamente observados os limites mínimo de 20 (vinte) linhas e máximo de 30 (trinta) linhas, sob pena de perda de pontos a serem atribuídos à Redação. 9.9 A Prova de Redação terá caráter eliminatório e classificatório e será avaliada na escala de 0 (zero) a 100 (cem) pontos, considerando-se habilitado o candidato que nela obtiver nota igual ou superior a 50 (cinquenta).

Observação: NÃO é necessária e/ou obrigatória a colocação de título na sua Redação.

O princípio fundamental da prática clínica defendida por Philippe Pinel se baseava na afirmação de que a loucura não era a exclusão absoluta da razão, mas seu enfraquecimento. Assim, toda intervenção clínica só poderia ser bem-sucedida à condição de apelar a essa espécie de razão enfraquecida. Pois a doença mental é, de certa forma, uma rebelião fracassada contra a própria ordem médica e disciplinar que procura “curá-la”. Há de se saber lidar com o sentido de tal rebelião, com seu conteúdo de verdade e com sua força produtiva.

(Adaptado de: SAFATLE, Vladimir. Disponível em: www1.folha.uol.com.br)

A partir das ideias expostas acima, escreva um texto dissertativo-argumentativo, justificando seu ponto de vista.

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	